

Palavras-chave:

Bode expiatório, Europa, Identidades, Imigração, Minorias Étnicas, Neo-racismo, Racismo, Xenofobia.

Abstract

Firstly, it is aimed to focus on the characteristics of the racism emerging in the 'popular' environments that may be seen in a large part of the European countries. In the emergence of this 'popular racism' we can find two main sources. One 'social' source that is connected with the economic concurrence issues, with problems of statutory destabilisation or with the fear of exclusion, in which the racism is manifested through the transfer of the majority group difficulties to the minority groups presence. An essentially 'identity' or ethnic-cultural source, in which the focus is put on the defence or promotion of an ethnic identity, national - or even regional - conceived in essentialist or even 'racial' terms.

Secondly, a whole of macro-sociological reflections is tried around the societal conditions favourable to the enlargement of the European new racism scope. There are three wholes of general factors being reciprocally influenced that contribute towards the phenomenon maintenance and escalation. The first whole is related with issues of social kind, with changes in the society structure, in the stratified system and in the mobility dynamics. These, on the one hand, precisely originate the racism of the 'small whites' and, on the other, push the middle classes to distancing and segregating behaviours concerning the ethnic minorities caused by immigration. The second whole refers to the political action, namely to how the State answers to the questions of equality, redistribution, justice, 'immigrants insertion', education, social dwelling, etc. It is also in this whole that the political field reactions can be understood in the wide sense: the critics both of the forces with popular characteristics and the neo-liberal forces to the providence State's performance. The third whole of factors favourable to the emergence or amplification of racist behaviours in Europe is related with the identity issues and, in particular, with the identity and national sovereignty problems.

Key Words: Ethnic Minorities, Europe, Identity, Immigration, New Racism, Racism, Scapegoat, Xenophobia

1. Do racismo ao «culturalismo»: o racismo europeu contemporâneo

Várias ordens de fenómenos estão na base da crescente actualidade das reflexões associadas à problemática do racismo, do nacionalismo, da xenofobia e das relações étnicas, no contexto europeu. Se a existência de minorias étnicas coloca, às sociedades democráticas, desafios permanentes relativos à completa participação dos seus membros,

não é menos verdade que, em conjunturas de crise ou de mudança esses desafios tendem a transformar-se questões da agenda política ou a servir de catalisadores simbólicos de outro tipo de problemas sociais e culturais. No que respeita às sociedades europeias, destacam-se, como veremos mais adiante, a dissolução das relações sociais típicas da sociedade industrial, a crise do Estado e das suas instituições assistenciais, a que se alia a escalada da sensação de risco e dos sentimentos de ameaça às identidades nacionais.

Os processos de concorrência individual nos diversos mercados, bem como o tradicional conflito que opunha o movimento operário ao patronato parecem, nos Estados europeus, estar a transformar-se em conflitos de competição entre diversos grupos estruturados através de identificações como a «raça», a «religião» ou o «grupo étnico». Conflitos que podem mesmo objectivar-se numa escalada de acções violentas, mais ou menos organizadas.

Numa outra vertente, observamos por toda a Europa, desde o início dos anos oitenta (Portugal parece ter sido, até agora, a grande excepção), a popularização de movimentos que, veiculando discursos de fechamento e exclusão, apelando para a homogeneidade étnica das sociedades nacionais, afloram, de um modo, normalmente eufemizado e simbólico as ideologias racistas, inscrevendo-as inquietantemente nos domínios do político (Cf. Marques, 1997; 2000).

Mas a vaga de contornos racistas a que assistimos hoje na Europa parece possuir uma natureza relativamente diferente dos racismos de tipo colonial do passado. Os novos racismos prendem-se, antes de mais, com mutações sociais, políticas, económicas, e mesmo epistemológicas, que assolam a modernidade avançada. Como escrevem Balibar e Wallerstein,

Le nouveau racisme est un racisme de l'époque de la «décolonisation», de l'inversion des mouvements de population entre les anciennes colonies et les anciennes métropoles, et de la scission de l'humanité à l'intérieur d'un seul espace politique (Balibar e Wallerstein, 1990 : 32).

Trata-se, precisamente, adoptando uma expressão de Lapeyronnie, de um racismo pós-colonial, uma vez que a alteridade - o outro que é percebido e designado em termos étnicos ou raciais e, por isso, rejeitado - coincide com as populações oriundas das nações anteriormente colonizadas. Na França e no Reino Unido, nomeadamente,

ce sont bien les anciens groupes colonisés qui semblent faire objet de la désignation la plus forte et la plus remarquable. Les immigrés d'origine coloniale sont au centre des problèmes rencontrés dans les deux pays, ou tout au moins focalisent les rejets. (...) Dans les deux pays, si les populations d'origine immigrée font objet de rejet, (elles sont jugées très nombreuses), les immigrés d'origine coloniale font objet d'un rejet plus fort de la part de l'opinion publique. Pour eux, se superposent le rejet de l'immigré et le rejet du colonisé. (Lapeyronnie, 1990 : 237 e ss).

A utilização da designação neo-racismos, emprestada de Barker,³ prende-se com o facto de a rejeição dos grupos racizados não se fazer, na maior parte das vezes, explicitamente em nome da desigualdade biológica mas em nome da absolutização das diferenças culturais, dando origem àquilo que também tem vindo a ser designado por «racismo diferencialista» (Cf. Marques, 2000).

De qualquer modo, a expressão neo-racismo é aqui utilizada menos como conceito analítico do que como conceito descritivo. Entende-se por «neo»-racismo o conjunto de atitudes, práticas e ideias de tipo racista que têm vindo a ser observadas nos países europeus mais ou menos a partir da década de setenta. Como argumentou Miles contra Barker, há muito pouco de «novo» no neo-racismo (Cf. Miles, 1993). Os processos de discriminação, segregação e violência com base em traços culturais considerados essenciais são, desde há muito, uma característica dos processos de racização das formações sociais europeias. O que há de relativamente novo, e por isso conservamos a designação, reside, por um lado, no plano da argumentação das formulações doutrinárias e, por outro, na forma de sincretismo popular entre a inferiorização dos grupos vítimas - herdada do período colonial - e uma acentuada vertente diferencialista que os considera indesejáveis e poluentes e os instaura enquanto bodes expiatórios.

Mas se na caracterização daquilo que se pode designar por neo-racismos europeus há um pano de fundo comum: o diferencialismo, ou a «revolução diferencialista», na designação de Balibar e Wallerstein (1990: 35); é possível, ainda que apenas analiticamente, distinguir dois tipos de manifestações paradigmáticas do fenómeno. Trata-se de dois planos que, obviamente, se intersectam e se formam e informam reciprocamente. Por um lado, um neo-racismo doutrinário, savant, com expressões mais ou menos politizadas, consoante os contextos; por outro lado, um racismo eminentemente «popular», infra-político, mais reactivo do que propriamente activo, que se prende fundamentalmente com a proximidade social entre algumas camadas das populações autóctones e das populações com origem na imigração ou outro tipo de minorias étnicas.

De qualquer modo, a distinção entre estas manifestações mais flagrantes do racismo não deve fazer esquecer que o fenómeno pode atravessar, com maior ou menor intensidade, as sociedades europeias como um todo. Nomeadamente as dimensões subtis (Cf. Petigrew e Meertens, 1993, Essed, 1991, entre outros), não assumidas pelos actores sociais, nem organizadas sob a forma doutrinária - como a institucionalização da discriminação e da segregação em áreas chave da sociedade - podem, igualmente, desempenhar um papel importante. Se em Portugal a vertente ideológica do racismo não parece possuir uma extensão significativa, o mesmo não se pode dizer da sua expressão popular e provavelmente da sua dimensão subtil e não manifesta (Cf. Vala, 1998; Marques, 2004).

³ A expressão neo-racismo (*new racism*) aplicada às doutrinas da nova direita foi cunhada por Barker (1981); para uma feroz crítica à sua utilização veja-se Miles (1993).

2. Os neo-racismos em meio popular

Algumas investigações realizadas a nível europeu têm vindo a concluir que é precisamente nas camadas mais desfavorecidas ou junto daqueles que mantêm uma maior proximidade social e/ou espacial relativamente às populações de origem imigrante, que mais rapidamente se verificam posturas de racismo flagrante (Cf. Borgogno, 1990; Wieviorka, 1991, Althabe, 1985). A Psicologia social, por seu turno, tem igualmente demonstrado que, como aponta Schweisguth,

la propension à s'identifier à un groupe national, racial ou culturel afin de bénéficier de la valorisation qui lui est attaché varie en raison inverse du niveau social (1993: 134).

Na emergência deste «racismo popular» encontramos duas fontes principais. Uma fonte propriamente «social» que se prende com questões de concorrência económica, com problemas de desestabilização estatutária ou com o receio da exclusão, na qual o racismo se manifesta através da transferência das dificuldades do grupo maioritário para a presença dos grupos minoritários, e uma fonte essencialmente identitária ou etno-cultural, na qual a tónica é colocada na defesa ou promoção de uma identidade étnica, nacional - ou mesmo regional - concebidas em termos essencialistas ou mesmo raciais. O racismo das camadas mais desfavorecidas e dos jovens com perspectivas pouco aliciantes de futuro, verifica-se, precisamente, a partir de uma dupla conflitualidade com as populações de origem imigrante ou com as minorias étnicas. Duas ordens de conflitos remetem os actores autóctones para posicionamentos racializados, fomentam a reprodução de preconceitos, amplificam a segregação e a discriminação e podem mesmo desembocar em condutas de violência: uma conflitualidade de significado social, numa primeira fase e, num segundo momento, uma conflitualidade de significado etno-cultural ou identitário (Borgogno, 1990: 12).

Os conflitos ainda propriamente sociais constituem o que Borgogno designa por «conflitos de apropriação». (*conflits d'appropriation*) e prendem-se, fundamentalmente, com questões inerentes à habitação, ao mercado de trabalho, à educação, ou ainda, com problemas relativos à fruição dos benefícios do Estado-providência. Este tipo de conflitualidade tende a amplificar-se quando os modos de apropriação dos imigrantes são percebidos enquanto ameaçadores para as capacidades apropriativas dos autóctones, principalmente no que respeita aos recursos materiais e simbólicos que constituem o quadro da sua existência social. Isto é a rejeição dos imigrantes e minorias etno-culturais é fundamentalmente instrumental e é a inferiorização preconceituosa que predomina.

Seguindo a análise dos discursos populares relativos à imigração em França que foi realizada por Borgogno, o sentimento de ameaça à apropriação joga-se em dois registos de sentido: um sentido propriamente material e um sentido simbólico. O que permite distinguir os dois processos que o autor designa por «conflitos de apropriação material» e «conflitos de apropriação simbólica».

No primeiro caso, o que está em jogo são os recursos materiais - eventualmente quantificáveis, ou aos quais se acede segundo uma lógica de mercado - constituintes dos

Enquanto, até aos anos setenta do século XX, o imigrante era suposto assimilar-se na sociedade de acolhimento - frequentemente com uma posição que o inferiorizava -, ou regressar ao país de origem é, agora, percebido não apenas como concorrente, como «abusador» das facilidades concedidas pelo Estado-providência, como ameaçador do ponto de vista demográfico mas, principalmente, enquanto poluente e invasor. Contemporaneamente, os imigrantes são cada vez menos definidos através das categorias do trabalho, enquanto participantes das relações de produção das sociedades industriais mas cada vez mais categorizados em termos de cultura, de religião, de origem nacional e de «raça» (Wieviorka, 1994: 23).

Os crescentes processos identitários das minorias étnicas, i.e. a sua «etnicidade», desencadeados ou não por motivos instrumentais - defensivos ou reivindicativos -, resultam, frequentemente, numa amplificação da percepção dos autóctones relativamente às reais capacidades de mobilização colectiva daquelas. As populações com origem na imigração passam, então, a ser identificadas apenas relativamente à exterioridade, a uma exterioridade abstracta e, frequentemente, demonizada. Como refere Wieviorka para caso francês:

Le racisme se construit, dans ce type de mécanisme, en imputant au groupe racisé une forte capacité de mobiliser des ressources plus ou moins occultes, une aptitude à s'appuyer sur des réseaux plus ou moins mystérieux, à s'identifier à un principe unificateur lui-même maléfique - l'islam fanatique, la conspiration juive internationale, etc (1991 : 77).

É no registo da conflitualidade de contornos étnicos, ou de uma dialéctica das etnicidades dominantes e dominadas, que se torna mais evidente o enfraquecimento do racismo de inferiorização essencialmente instrumental e típico das situações de dominação, em favor de uma lógica de racização eminentemente diferencialista que rapidamente recorre aos conhecidos mecanismos do bode expiatório. Tal situação traduz-se numa combinação sincrética que, ao mesmo tempo que inferioriza e discrimina os grupos racizados, os segrega e deseja a sua expulsão.

Na produção de *bodes expiatórios* étnicos ou raciais, os actores racistas *deslocam* para um grupo racizado a responsabilidade e a culpa da sua decadência, da sua infelicidade, da sua ansiedade ou daquilo que lhe parecem ser as causas dos problemas sociais que os afligem. Uma das características mais importantes do mecanismo de produção de bodes expiatórios racializados é o facto de o grupo racizante não ser, na maior parte das vezes, capaz de processar a totalidade dos factores responsáveis pela sua decadência, pela crise que experimenta ou de analisar o sentido da mudança a que assiste e que o ameaça. Situações que dependem, na maior parte das vezes de uma causalidade complexa que transcende o actor racista e é ao «outro», próximo mas percebido como diferente, que é imputada a culpa. Os processos de produção de bodes expiatórios raciais ou étnicos em contextos de crise ou em períodos anómicos de perda de sentido, emergem, numa primeira fase, nas camadas mais desfavorecidas da sociedade sendo, no entanto, altamente susceptíveis de aproveitamentos políticos e posteriores elaborações intelectuais.

A amplificação das relações conflituais entre as camadas populares e as colectividades de origem imigrante - cada vez mais estruturadas numa base étnica ou racial

- resulta, como adiante se verá, de um conjunto de transformações que atravessam as sociedades europeias e que, numa primeira fase, atingem precisamente os estratos mais desfavorecidos destas sociedades nacionais. A uma consciencialização das dificuldades, da mobilidade descendente, da decadência, da exclusão social e a uma sensação de impotência, provocadas pelas mudanças sociais e políticas que assolam a Europa e o mundo, alia-se um sentimento de perda de referências identitárias e de equiparação ao estatuto social dos imigrantes relativamente aos quais pesam ainda os preconceitos raciais do passado colonial. Esta situação conduz frequentemente os actores sociais a recorrerem, como forma de reacção a esse sentimento de perda e como modo de «reconstituição do sentido perdido», a identidades essencialistas, historicamente recebidas, como a «nação», a «cultura», a «religião» ou a «raça».

O racismo que se desenvolve então é, fundamentalmente, o típico racismo dos «pequenos brancos» tal como era descrito já nos anos quarenta por Gunnar Myrdal a propósito da América: a demonização daqueles que são definidos pela inferioridade, pela exterioridade ou pela diferença, por parte dos que vêm o seu estatuto atingido pela mudança, pela crise, pelo desemprego ou pela exclusão.

De qualquer forma, e sem desculpar os actores racistas, é necessário afirmar que as atitudes e comportamentos racistas observados nos meios populares, bem como a crescente adesão dos seus membros a movimentos que veiculam ideologias de fechamento relevam fundamentalmente de dificuldades sociais que, embora subjectivamente vividas pelos indivíduos, provêm, como se verá, de fontes que transcendem as órbitas das suas vidas privadas.

3. Os neo-racismos e a «desestruturação do modelo europeu de integração»

Embora a maior parte das investigações sobre o racismo tenha por quadro de referência a sociedade nacional onde se desenrolam as pesquisas, as conclusões de algumas análises comparativas - nomeadamente as que foram realizadas pelas equipas de Wieviorka (1992) e de Lapeyronnie (1990; 1991) - apontam para que a emergência contemporânea dos fenómenos em causa tenha sido favorecida por um conjunto de mudanças ocorridas nas últimas décadas na generalidade das países da Europa.

O que equivale a assumir que, para além da heterogeneidade da manifestação das formas de racismo observadas nos diversos contextos, é possível discernir uma unidade macro-sociológica no fenómeno. Segundo os trabalhos referidos, é a partir dum conjunto de profundas transformações comuns às sociedades centrais que se geram as condições favoráveis - mas não as *causas*, no sentido estrito - para a extensão e amplificação do racismo na Europa. Como explicita Wieviorka:

on n'explique pas le racisme par des causes «objectives», par des évolutions dans la société où se déploie l'expérience vécue du raciste; mais ces évolutions constituent des conditions favorables, ou non, à l'expansion du racisme, dans la mesure où elles alimentent sa

um outro fenómeno que começa, actualmente, a atingir proporções preocupantes - a *dualização* socio-económica destas sociedades -, são as consequências dessa dissolução.

Na perspectiva defendida por Wieviorka, o declínio das sociedades industriais não pode ser reduzido ao espectacular encerramento e deslocalização de fábricas e empresas ou apenas à terciarização da actividade económica. O mais importante, de um ponto de vista sociológico, prende-se com a decadência do movimento operário enquanto instância estruturante da vida social, política e intelectual. Até finais da década de sessenta, na maior parte do países europeus, as relações sociais organizavam-se em torno do grande conflito que opunha os trabalhadores ao patronato. Um conflito que fornecia aos actores uma identidade *social* que dependia do seu posicionamento nesta polarização da sociedade. Ora, este quadro está claramente em mudança por toda a Europa produzindo os mais variados efeitos.

O movimento operário perde gradualmente a dimensão não apenas internacionalista mas, sobretudo, a vertente universalista que lhe permitia pôr em causa o modo como o progresso e a modernização eram conduzidos (Wieviorka, 1992: 26). A sua expressão institucional - a acção sindical - enfraquece e vira-se, cada vez mais, para a defesa de categorias socio-profissionais particulares assumindo condutas estratégicas de tipo corporativo. As classe médias, por seu turno, deixam de se definir e identificar relativamente à polaridade que opunha assalariados a entidades patronais, como o faziam anteriormente, passando a oscilar entre dois tipos de posicionamento. Por um lado, a postura da «era do vazio», eminentemente individualista ou mesmo narcísica - descrita, por exemplo, por Lipovetsky (1989) - que, valorizando o *cocooning*, se afasta de qualquer tipo de engajamento colectivo e onde as preocupações com a vida privada, com a mobilidade social, com os padrões de consumo e com os valores hedonistas, ocupam o lugar central; por outro lado, um apego às teses populistas ou nacional-populistas, que é particularmente observável entre aqueles que recebem ou se encontram já em mobilidade descendente (Wieviorka, 1994b: 179).

A partir do momento em que o movimento operário se dissolve, em que o trabalho, de uma forma geral, deixa de ser o grande integrador social e que as grandes utopias parecem perecer, a solidariedade, o engajamento em projectos colectivos, acabam por ser substituídos pelo individualismo. Mas trata-se de um individualismo que possui também uma face sombria; pode, em certas circunstâncias, transformar-se num fardo difícil de carregar, pode mesmo, como acontece nas camadas mais vulneráveis, tornar-se num *individualismo negativo* - no sentido que Castel dá a este conceito:

On peut parler de l'avènement d'un individualisme négatif: lorsque les gens ont décroché de la protection générale ou de la participation aux grands collectifs, ils deviennent de plus en plus des individus, mais sans support, et donc démunis, qui portent leur individualité comme un fardeau (Castel, 1995 : 20) .

Ora este individualismo negativo, característico dos que temem, ou vivem já, a mobilidade descendente e mesmo a exclusão, dá frequentemente lugar ao posicionamento dos actores em identidades étnicas ou raciais, como forma de reconstituição das identidades

sociais que se dissolvem e, conseqüentemente, ao aparecimento do típico racismo dos pequenos brancos. Como nota Bataille no caso da Bélgica:

La «classe ouvrière», du moins en théorie, n'établissait pas de distinction entre un immigré, une femme ou un jeune, à partir du moment où ils étaient considérés dans un rapport de production qui les rapprochait et même les englobait. L'épuisement de ce principe centralisateur libère en quelque sorte les identités individuelles et collectives, et fait apparaître au grand jour, en les exacerbant et en les renouvelant, les tensions qui ont toujours existé entre une somme d'identités culturelles (1994 : 142).

Na análise da emergência dos grupos de *skinheads*, no Reino Unido, são patentes as consequências da volatilização das referências típicas do universo operário no estabelecimento de identidades racializadas:

Chez les skinheads, par exemple, le processus est bien celui de la disparition d'une identité sociale ouvrière, la construction d'une sorte de communauté imaginaire et, surtout, l'incapacité à pouvoir établir (rétablir, dit l'acteur raciste) un statut social, ce qui se résout par une forte production imaginaire autour de soi. [...] On peut ainsi dire que les skinheads son «blancs» (au moins dans un premier temps) faute de pouvoir être autre chose, socialement ou culturellement (Couper et Martucelli, 1994 : 61-62).

Relativamente a Alemanha, pelo menos até aos anos noventa, destaca-se enorme instabilidade causada pela reunificação, ao nível das tradicionalmente fortes organizações sindicais. Nomeadamente a Oeste, o racismo parece ter-se reforçado à medida que os sindicatos, representantes da institucionalização do movimento operário, foram perdendo a capacidade para desempenhar as suas principais funções. A saber: a estabilização sócio-política, o combate ao desemprego, o amortecimento do impacto da automação, a integração social e o enquadramento no mundo do trabalho, quer dos autóctones quer, nomeadamente, dos trabalhadores de origem imigrante. Este enfraquecimento das capacidades integrativas dos sindicatos alemães reflecte-se igualmente na escalada dos actos de violência racista desencadeados, em larga medida, pelas categorias mais jovens (Cf. Angelina Peralva, 1994).

Outro fenómeno intimamente ligado à dissolução das relações sociais industriais, e que no modelo proposto é absolutamente central no reforço da escalada do racismo, consiste na *dualização* social e económica das sociedades pós-industriais. Isto é o fosso, cada vez mais maior, entre a vida moderna, o mundo do trabalho, da habitação em boas condições, do consumo - o mundo dos que estão *in*; e o mundo do endividamento, da vulnerabilidade, do desemprego e da exclusão⁴ - o mundo dos que estão *out*, ou mundo dos *underclass*:

⁴ Castel propõe mesmo a substituição da noção de exclusão pela de «desafiliação», precisamente para dar conta deste processo: «Il me semble que la notion de désaffiliation donne mieux à entendre ce parcours qui est la véritable unité d'analyse du problème actuel et dont l'effet ultime consiste dans la mise sur les marges d'une partie croissante de la population, (...) Ce qui est déterminant dans le processus, c'est le fait que le travail cesse d'être le «grand intégrateur». Il s'agit d'un processus de décrochage, de déstabilisation des stables, d'une vulnérabilisation des positions assurés. (1995: 19.)

financiamento dos subsídios de desemprego e das pensões de reforma, mas também dos sistemas de saúde e educação.

Concomitantemente com o declínio das relações sociais típicas da sociedade industrial, o papel do Estado nas sociedades europeias é cada vez mais intensamente posto em causa, não apenas na sua vertente de redistribuição e assistência, mas também no que respeita ao funcionamento de instituições como a escola, a justiça ou a polícia. A denúncia da sua função disciplinar e reguladora levada a cabo pelas reflexões de inspiração foucauldiana juntam-se, por um lado, as críticas da Sociologia ao papel das instituições estatais na reprodução das desigualdades sociais e, por outro, as críticas neo-liberais à racionalidade do seu funcionamento. Contudo, como escreve, não sem algum optimismo, Santos:

A crise do Estado e das ideologias desenvolvimentistas abre neste domínio uma caixa de Pandora donde podem sair, lado a lado, e às vezes misturados, o racismo, o chauvinismo étnico e mesmo o etnocídio, por um lado, e a criatividade cultural, a autodeterminação, a tolerância pela diferença e a solidariedade, por outro (Santos, 1994: 273).

No que nos diz respeito, a crise do Estado-providência e as constantes críticas a que a sua acção tem vindo a ser submetida fazem aumentar a sensação de perda de confiança e de abandono, reforçando os mecanismos de culpabilização das populações de origem imigrante. Estas são simultaneamente acusadas de beneficiarem demasiado da assistência do Estado, de abusarem das suas instituições ou de, como vimos, adoptarem modos de fruição desadequados que fazem baixar a qualidade dos serviços prestados.

Nos discursos autóctones reproduzidos na monografia sobre o racismo francês que foi realizada pela equipa de Wieviorka, fica bem patente o sentimento de abandono por parte do Estado e dos políticos vivido pelos autóctones. Sentimento que acaba por promover a escalada do diferencialismo e originar a politização do racismo através dos discursos populistas de crítica do Estado e da demonização simultânea dos políticos e da imigração (Cf. Wieviorka et al., 1992). Na Bélgica, por seu turno, foram as pressões separatistas da Valónia e da Flandres que vieram pôr em causa a própria estrutura do Estado, obrigando a um desdobraimento em federação de regiões. Estas pressões nacionalistas, embebidas de diferencialismo populista e xenófobo contribuíram em larga medida para a expansão do racismo contra as minorias étnicas residentes no território belga.

3.3 A escalada das identidades

No registo da consciência identitária, também são observáveis grandes transformações. Na maior parte dos Estados-nação europeus estão abertos debates centrados nos temas das identidades, das nacionalidades, da soberania e da cidadania. Enquanto até à década de setenta uma sociedade industrial e uma economia às quais se aliava um Estado fortemente empenhado na modernidade tinham correspondência numa

identidade nacional capaz de absorver e esbater os particularismos (mesmo, eventualmente, através da sua racização), esse quadro parece ter entrado em ruptura:

La mutation en ce domaine - afirma Wieviorka -, est d'abord passée par des contestations et des affirmations identitaires qui, soit semblent défaire ce que la nation dans, sa modernité, a élaboré au cours des siècles antérieurs, soit inventent des formes culturelles qui sont autant de ruptures avec la société industrielle.

Por um lado, emergem, algumas sociedades e endurecem noutras as afirmações de índole particularista, mais ou menos separatistas, das regiões ou das nações «sem Estado». Como nota Santos:

a base étnica das nações modernas torna-se cada vez mais evidente e o Estado-nação, longe de ser uma entidade estável, natural, começa a ser visto como a condensação temporária dos movimentos que verdadeiramente caracterizam a modernidade política Estados em busca de nações e nações em busca de Estados (1994: 127).

Na França observa-se a afirmação identitária da Córsega, no Reino Unido a escalada do nacionalismo escocês, na Espanha, do nacionalismo catalão e do separatismo basco; na Itália a clivagem entre Norte e Sul inscreve-se perigosamente no político e na Bélgica instaura-se uma federação de «nações», para referir apenas alguns exemplos. A excepção vem naturalmente da Alemanha, onde foi a reunificação que veio fortalecer o nacionalismo.

Por outro lado, cresce um nacionalismo reactivo, simultaneamente alimentado pela pulverização identitária regional e pelo fortalecimento da etnicidade das populações de origem imigrante. A imigração e sua etnicização não são, contudo, os únicos factores responsáveis pelas transformações ao nível identitário, são antes os fenómenos em torno dos quais se objectivam a ansiedade, o medo e os sentimentos de perda de confiança provenientes de outros processos e dinâmicas. A construção e o alargamento da União Europeia, os separatismos nos casos da Espanha da Bélgica e até da Itália a reunificação para a Alemanha aos quais se aliam a perda de influência no mundo - para sociedades como a francesa e a britânica -, mas, fundamentalmente, a dissociação crescente que se opera entre a economia, a cultura e a sociedade nacional constituem o núcleo das transformações ao nível da identidade e da integridade nacional.

O Reino Unido, à semelhança do que se passa em França, parece viver um forte sentimento, não só de ameaça à identidade nacional, como de inversão do processo histórico:

les deux pays vivent comme une inversion de leur colonialisme passé, les immigrés, largement issus des anciennes colonies, pouvant apparaître comme le signe d'un retournement de l'histoire; tous deux voient se dissocier la culture et l'identité nationales, d'un côté, et, d'un autre côté l'économie globalisée. Le racisme a beaucoup à voir avec la rétraction du nationalisme, sa fermeture dans un différentialisme qui est aussi la marque d'une résistance à l'internationalisation de l'économie (Wieviorka, 1994a : 289).

Mas também a globalização da economia e das finanças, a internacionalização das decisões políticas, a americanização da produção cultural, a discussão em torno da União Europeia e da perda de soberania, aliados à sensação de *risco* permanente e à aceleração

- Peralva, A. (1994) «L'expérience allemande», in Wieviorka, M. (Dir.) *Racisme et xénophobie en Europe. Une comparaison internationale*, Paris, La Découverte (157-211).
- Pettigrew, T. e Meertens R. W. (1993) «Le racisme voilé: dimensions et mesure», in Wieviorka, M. (Dir.), *Racisme et Modernité*, Paris, La Découverte, (109-140).
- Robert Castel, (1995) «L'avènement d'un individualisme négatif», entrevista ao *Magazine Littéraire*, 334.
- Santos, B.S. (1994) *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.
- Schweisguth E. (1993) «Racisme et systèmes de valeurs» in Wieviorka M. (Dir.), *Racisme et modernité*, Paris, La Découverte (27-134).
- Vala, J., Brito, R. e Lopes D. (1998), *Expressões do Racismo em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Wieviorka, M. (1991) «L'expansion du racisme populaire», in Taguieff, P.-A. (Dir.) *Face au racisme*, Tome II, Paris, La Découverte (73-82).
- Wieviorka, M. (1992) *La France raciste*, Paris, Seuil, 1992.
- Wieviorka, M. (1993) *La démocratie à l'épreuve. Nationalisme, populisme, ethnicité*, Paris, La Découverte.
- Wieviorka, M. (Dir.) (1994a) *Racisme et xénophobie en Europe. Une comparaison internationale*, Paris, La Découverte.
- Wieviorka, M. (1994b) «Racism in Europe: Unity and Diversity» in Rattansi, A. e S. Westwood. (Eds) *Racism, Modernity and Identity on the Western Front*, Cambridge, Polity Press.